

ACESSO AO TRATAMENTO PARA ABUSO DE SUBSTÂNCIAS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fernanda Jorge Guimarães¹; Monaliza Ribeiro Mariano²; Lorita Marlena Freitag Pagliuca³

INTRODUÇÃO: O uso de substâncias é uma realidade na sociedade. Está relacionado a abandono, violência, baixa autoestima. No Brasil, o álcool ocupa a primeira posição no *ranking* das substâncias cujos usuários se tornam dependentes químicos; aproximadamente 12% da população. O segundo lugar é ocupado pelo tabaco, com 10% e o terceiro, pela maconha, com 1,2% da população em relação de dependência¹. O uso pode ser desencadeado por baixa autoestima, influência de amigos e da mídia, busca de alívio para a ansiedade, história familiar, incapacidade de lidar com a realidade, busca de alívio para a abstinência². Percebe-se que a lógica que tem prevalecido no lidar com o uso de drogas está relacionada a encaminhamentos a especialista ou a casas de recuperação, tendo em vista que as equipes de saúde apresentam dificuldades para assumir a responsabilidade pelo cuidado desses indivíduos, mesmo reconhecendo como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. O cuidado nessa área, por conseguinte, não deve estar restrito a internação, mas deve pautar-se na promoção da saúde e prevenção, buscando uma intervenção precoce e limitando as complicações do abuso em todos os grupos populacionais, dentre eles as pessoas com deficiência. No Brasil, aproximadamente 45,6 milhões de pessoas foram consideradas com deficiência³. Entende-se por pessoa com deficiência aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade. De acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PcD), esses usuários devem receber ações de promoção, prevenção, assistência, reabilitação e manutenção da saúde. Assim, as ações de educação em saúde direcionadas a prevenção do uso de substâncias devem ser acessíveis a esse grupo. **OBJETIVO:** analisar as evidências disponíveis na literatura sobre o acesso aos serviços de tratamento para abuso de substâncias por pessoas com deficiência. **MÉTODO:** Para a realização deste estudo seguiu-se as etapas da revisão integrativa: estabelecimento de hipótese e objetivos da revisão; definição de critérios de inclusão e exclusão de artigos; definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados; análise dos resultados; discussão e apresentação dos resultados⁴. Para nortear esta revisão integrativa formulou-se a seguinte questão: Quais são as evidências científicas disponíveis na literatura sobre o acesso ao tratamento para abuso de substâncias por pessoas com deficiência? Os critérios de inclusão dos artigos que compuseram a amostra foram: ser artigo completo de pesquisa, estar disponível eletrônica e gratuitamente; estar publicado nos idiomas inglês, português ou espanhol; apresentar evidências sobre uso de substâncias por pessoas com deficiência. Não foi delimitado período de publicação e nem estabelecidos critérios de exclusão. Os artigos foram pesquisados na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nas bases de dados SCOPUS; Psychinfo; Pubmed; Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Base de Dados de Enfermagem (BDENF), utilizando os descritores: pessoas com deficiência; transtornos relacionados ao uso de substâncias; disabled persons e substance-related disorders. Para a coleta das informações foi utilizado instrumento que aborda os seguintes itens: identificação do artigo, objetivo, metodologia utilizada, local de realização da pesquisa e resultados encontrados. A análise dos artigos selecionados exigiu tradução, leitura e releitura, a fim de obter os dados de interesse do estudo. As informações foram sintetizadas e analisadas de maneira descritiva e analítica. **RESULTADO:** As informações foram organizadas de acordo com a classificação do nível

¹ Enfermeira. Professora Assistente da Universidade Federal de Pernambuco. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Email: ferjorgui@hotmail.com

² . Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará.

³ Enfermeira. Professora Titular do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará.

de evidência. Identificaram-se as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência para ter acesso aos serviços de tratamento e reabilitação de abuso de substâncias, como: crença de que não há necessidade de tratamento para uso de drogas por pessoas com deficiência; recursos comunitários inadequados como barreiras no transporte; conhecimento limitado dos profissionais sobre as necessidades do indivíduo com deficiência, atributos de pessoas com deficiência como mobilidade limitada; variáveis contextuais que impedem o acesso; ausência de reconhecimento para a necessidade de tratamento; características do serviço; atitude negativa em relação ao tratamento; crença de que o estigma da deficiência impede o sucesso do tratamento; falta de suporte familiar para o tratamento; crença de que o abuso de substância não deveria ser tratado; falta de serviços para tratar abuso de substâncias e deficiência; inabilidade dos profissionais para tratar múltiplas deficiências; falta de integração entre os serviços; cuidado insuficiente de saúde mental; barreiras de acomodação física⁵. A pesquisa identificou atitudes negativas em relação ao tratamento; falta de acessibilidade nas instituições; inabilidade para tratar as múltiplas deficiências como barreiras que dificultam o acesso da pessoa com deficiência ao tratamento do uso de drogas. O acesso aos serviços de saúde pelas pessoas com deficiência ainda é um problema a ser superado. A demora no atendimento, problemas com estacionamento, falta de rampas, elevadores, cadeiras de rodas e sanitários adaptados foram as principais dificuldades de acesso identificadas. Ademais, portas fora do padrão legal, escadarias sem corrimão, piso fora do padrão, bebedouros e banheiros não acessíveis a cadeirantes. **CONCLUSÃO:** verificou-se que é relevante que os programas de prevenção, tratamento e reabilitação para uso de drogas possam ser acessíveis às pessoas com deficiência. Faz-se necessária a capacitação dos profissionais que atuam no enfrentamento do uso de drogas para atender essas pessoas. Percebeu-se que o tema estudado é uma problemática pouco explorada, sendo o grupo de pessoas com deficiências pouco visualizado pela sociedade e gestores públicos. O fato de possuírem limitações não impede de consumir substâncias e, por isso tornam-se pertinentes iniciativas que enfoquem sua prevenção, propiciando o direito à saúde e à dignidade. As barreiras no acesso das pessoas com deficiência às ações de prevenção e ao tratamento de abuso de substâncias refletem as barreiras atitudinais adotadas por gestores e profissionais de saúde. Geralmente, os profissionais não sabem interagir com essas pessoas, como também não as reconhecem como população vulnerável ao uso de substâncias. Há necessidade de investigação científica sobre essa temática. **IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM:** O estudo é relevante para a prática, pois suscita a discussão sobre o uso de substâncias por pessoas com deficiência. Os enfermeiros devem estar preparados para cuidar desse grupo respeitando o princípio da integralidade e a política nacional de saúde da pessoa com deficiência. **REFERÊNCIAS:** 1. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005/Carlini EA (supervisão) [et.al.], São Paulo: CEBRID-Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo; 2006. 2. Picolotto E, Libardoni LFC, Geib LTC. Prevalência e fatores associados com o consumo de substâncias psicoativas por acadêmicos de enfermagem da Universidade de Passo Fundo. Ciênc Saúde Coletiva. 2010; 15: 645-654. 3. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm. Acesso em 20 maio 2012. 4. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm. 2008; 17, 758-764. 5. Krahn G, Farrell N, Gabriel R, Deck D. Access barriers to substance abuse treatment for persons with disabilities: An exploratory study. Journal of Substance Abuse Treatment. 2006; 31: 375– 384.

DESCRITORES: enfermagem, pessoas com deficiência, transtornos relacionados ao uso de substâncias

ÁREA TEMÁTICA: Processo de Cuidar em Saúde e Enfermagem